



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	413.449	822
Outros tributos compensáveis	7	803	24
Outros créditos	11	351	354
Total do Ativo Circulante		414.603	1.200
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7	1.253	
Depósitos vinculados	16	31.095	
Ativos da concessão	10	1.083.800	42.920
Outros créditos	11	793	1.095
		1.116.941	44.015
Imobilizado	11.2	33	-
		33	-
Total do Ativo Não circulante		1.116.974	44.015

TOTAL DO ATIVO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	18	944.598	31.885
Custos			
Custo de construção da infraestrutura da concessão	19	(844.162)	(28.801)
		(844.162)	(28.801)
Lucro bruto		100.436	3.084
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(2.992)	(1.575)
Outras despesas e receitas operacionais		902	
		(2.090)	(1.575)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		98.346	1.509
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		257	99
Despesas financeiras		(1.561)	
		(1.304)	99
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		97.042	1.608
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33.019)	(591)
		(33.019)	(591)
Lucro líquido do exercício		64.023	1.017
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,37113	0,10169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	64.023	1.017
Resultado abrangente do exercício	64.023	1.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	1.063.717	35.159
Receita com construção da infraestrutura	992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão	48.746	2.574
Outras Receitas	22.837	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(845.188)	(28.973)
Materiais	(30)	(1)
Serviços de terceiros	(934)	(160)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(844.162)	(28.801)
Outros custos operacionais	(62)	(11)
Valor adicionado bruto	218.529	6.186
Retenções		
Depreciações e amortizações	(32)	
Valor adicionado líquido produzido	218.497	6.186
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.969	124
Valor adicionado total a distribuir	236.466	6.310
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	735	1.121
Benefícios	81	93
FGTS	56	302
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	130.264	3.720
Estaduais	99	1
Municipais	2	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	41.200	26
Aluguéis	6	30
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	15.205	183
	187.648	5.476
	48.818	834
Lucros retidos	236.466	6.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
 A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.
 A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022, conforme contrato de concessão.
- Concessão**
 Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo até o município de Cachoeira Paulista.
 A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 96/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.
2.1 Receita Anual Permitida - RAP
 O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber o pagamento da RAP de R\$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.
 A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.
2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
 A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Licenças ambientais**
 O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:
 - Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de julho de 2019.
 - Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente em 15 de outubro de 2019.
 - Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022
 Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.
- Base de preparação**
4.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	138.135	429
Outros tributos a recolher	7	7.619	152
Dividendos	13	15.205	183
Debêntures	14	268.508	
Empréstimos e financiamentos	15	67.622	
Provisões	16	18.549	
Outras contas a pagar	11	5.176	452
Total do Passivo Circulante		520.714	1.216
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	8	100.252	100.252
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	33.610	(95.691)
Debêntures	14	761.535	
Empréstimos e financiamentos	15		5.827
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1		18.000
Provisões	16	32.750	
Outras contas a pagar	11	127	23
Total do Passivo Não circulante		928.274	28.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	33.001	15.001
Reservas de lucros	17.3	49.588	587
Total do Patrimônio líquido		82.589	15.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.531.577	45.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		97.042	1.608
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		96.282	3.250
Remuneração dos Ativos da concessão		(48.746)	(2.312)
Margem na construção		(147.972)	(4.018)
Depreciações e amortizações		32	9
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		9	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		80	
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		11	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		123	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(349)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		2	
		(3.486)	(1.472)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(2.034)	(22)
Estoques		(16)	
Depósitos vinculados		(30.746)	
Outros ativos operacionais		321	305
		(32.475)	283
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		31.301	(5.148)
Outros tributos a recolher		7.467	123
Obrigações Sociais e Trabalhistas		147	351
Provisões		(2.513)	
Outros passivos operacionais		4.626	(486)
		41.028	(5.160)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		5.067	(6.349)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(644.455)	(28.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(644.455)	(28.777)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			18.000
Aumento de capital social			5.000
Captação de empréstimos e financiamentos		1.052.045	5.822
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(30)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	1.052.015	28.822
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		412.627	(6.304)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.449	822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		822	7.126
		412.627	(6.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1	-	(247)	(246)
Aumento de capital - AGO de 25/04/2018	15.000			15.000
Lucro líquido do exercício			1.017	1.017
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		38	(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			(183)	(183)
Lucro do exercício a deliberar		549	(549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.001	587	-	15.588
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.001	587	-	15.588
Aumento de capital - AGO de 29/04/2019	18.000			18.000
Reversão de dividendos		183		183
Lucro líquido do exercício			64.023	64.023
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		3.201	(3.201)	-
Dividendos complementares			(15.205)	(15.205)
Lucro do exercício a deliberar		45.617	(45.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.001	49.588	-	82.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance do CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 10.

4.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

4.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

4.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 1ª Emissão	jan/2019	jun/20	250.000	CDI + 0,2% a.a.	Implantação do Projeto
Debêntures - 2ª Emissão	ago/2019	jul/39	800.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jan/2019	nov/20	300	IPCA + 4,45% a.a.	Contratos de mútuo
	jul/2019	nov/20	17.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jul/2019	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/2019	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/2019	nov/20	2.000	IPCA + 4,45% a.a.	
			32.000	IPCA + 4,45% a.a.	
			1.109.300		

6 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento		18.000
Aplicações financeiras	2.052	(18.000)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		-
Total	411.397	413.449

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 96% a 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis					
Outros tributos compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	24	2.020			2.044
Outros	-	12			12
Total	24	2.032	-	-	2.056
Circulante	24				803
Não circulante	-				1.253
Passivos a recolher					
Outros tributos a recolher					
ICMS	-	15.494	2	(8.860)	6.636
PIS e COFINS	-	821		(736)	85
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	122	5.474		(4.791)	805
Encargos com pessoal	30	92		(29)	93
Total Circulante	152	21.881	2	(14.416)	7.619

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e a COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

	Passivo		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	8.1	100.252	3.970
Imposto de renda e contribuição social	8.2	33.610	591
Total		133.862	4.561

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo		Passivo		Resultado	
	Não circulante	31/12/2018	Não circulante	31/12/2018	2019	2018
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	124				124	
Gastos Pré-operacionais	1.581	465			1.116	465
Atualização dos ativos da concessão			69.046	2.162	(66.884)	(1.056)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	33.750	1.106			32.644	
Outras	28		47		(19)	
Total diferenças temporárias	35.483	1.571	69.093	2.162	(33.019)	(591)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(35.483)	(1.571)	(35.483)	(1.571)		
Total	-	-	33.610	591		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
	6.797	7.113	7.113	7.072	7.072	316	35.483

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 13) e contratos de mútuo (Nota 15) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
		Não circulante	31/12/2019	Não circulante	31/12/2018	Operacional	2019
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)							
EDP - Energias do Brasil	23/08/2017 a indeterminado			18.000			
Outras contas a pagar (Nota 11)							
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)							
EDP - Energias do Brasil	01/01/2015 a 31/12/2019			3	(30)	(30)	
Opções de ações outorgadas da Companhia (Nota 9.3.1)							
EDP - Energias do Brasil	06/06/2019 a 05/06/2023			24	6	(19)	(6)
Reembolso de despesas							
EDP - Energias do Brasil	01/01/2018 a 31/12/2018						(71)
Compartilhamento de BackOffice (b)							
EDP - Energias do Brasil	01/01/2019 a 31/12/2019		10	31		(447)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)							
EDP - Energias do Brasil	01/01/2019 a 31/12/2019		16	67		(179)	
Contrato de reembolso de prêmio de seguro							
EDP - Energias do Brasil	31/03/2019					3	
		26	122	23	(672)	(107)	
		26	122	18.023	(672)	(107)	

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019		Total		
										Garantias	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
Simplefic Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	1ª emissão em 13/12/2018	29/01/2019 a 15/06/2020	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	18.819	250.000	268.819	
(-) Custos de emissão			(984)			29/01/2019 a 15/06/2020			Amortização mensal			(311)	(311)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	13.896		802.185	816.081
(-) Custos de emissão			(56.278)			15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal			(54.546)	(54.546)	
Total											18.819	13.896	249.689	747.639

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$1.084.900 em 31 de dezembro de 2019.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida entidade encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuidos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de BackOffice foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o total anual baseado na receita líquida da Companhia.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento, excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma pródica.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.000
Integralização de capital social - AGOE 29/04/2019 (Nota 17.1)	(18.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.3 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	475	748
Benefícios de curto prazo (b)	39	26
Benefícios - Previdência Privada	4	4
Total	514	778

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R\$19 (R\$6 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

10 Ativos da concessão

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	14.2 Movimentação das debêntures					Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação		
Circulante							
Principal	-	250.000					250.000
Juros	-		14.685	4.134			18.819
Custo de transação	-	(412)		(2.297)	2.398		(311)
	-	249.588	14.685	1.837	2.398	-	268.508
Não circulante							
Principal	-	800.000				2.185	802.185
Juros	-		15.579	(4.134)		2.451	13.896
Custo de transação	-	(56.843)		2.297			(54.546)
	-	743.157	15.579	(1.837)	-	4.636	761.535
14.3 Vencimentos							
Circulante							
2020							268.508
							268.508

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019			31/12/2018		
							Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total
EDP - Energias do Brasil S.A.	200.000	65.100	22/11/2018 a 21/11/2020	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e Juros no final	2.400	65.122	67.522	5	5.822	5.827
							2.400	65.122	67.522	5	5.822	5.827

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018					Transferência	Valor líquido em 31/12/2019
	Ingressos	Juros provisionados					
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	-			65.122			65.122
Juros	-		195	2.205			2.400
	-		195	67.327			67.522
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	5.822	59.300		(65.122)			-
Juros	5		2.200	(2.205)			-
	5.827	59.300	2.200	(67.327)			-

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2020	67.522
Total	67.522

16 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Provisões		Depósitos vinculados	
		Passivo		Ativo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisões cíveis	16.1		29.516		31.095
Licenças ambientais	16.2	18.549	3.234		
Total		18.549	32.750		31.095

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Saldo em 31/12/2019	Ativo Depósito judicial 31/12/2019
		Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária		
			(150)	(911)	1.027	29.509		
Cíveis	16.1.1.1	-	29.543	(150)	(911)	1.027	29.509	
Outros	-	-	65	(58)		7		
Total Não circulante	-	-	29.608	(150)	(969)	1.027	29.516	

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza civil, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Passivo					Saldo em 31/12/2019	Ativo Depósito judicial 31/12/2019
		Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária		
			(150)	(969)	1.027	29.509		
Cíveis	16.1.1.1	-	29.543	(150)	(911)	1.027	29.509	
Outros	-	-	65	(58)		7		
Total	-	-	29.608	(150)	(969)	1.027	29.516	

16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza civil, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.884.

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2019
Licenças ambientais							
Circulante	-	21.750	(2.363)	602	407	(1.847)	18.549
Não circulante	-	3.920		120	(407)	(399)	3.234
Total	-	25.670	(2.363)	722	-	(2.246)	21.783

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$33.001 (R\$15.001 em 31 de dezembro de 2018) totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente deitas pela EDP - Energias do Brasil.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2019, deliberou aumento de capital social no montante de R\$18.000, mediante a emissão de 18.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados totalmente pela acionista controladora EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 9.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		64.023	1.017
Lucros acumulados			(247)
Lucro líquido ajustado		64.023	770
Constituição da reserva legal - 5%	17.3	(3.201)	(38)
		60.822	732
Destinação do lucro			
Dividendos complementares	13	15.205	183
Lucro do exercício a deliberar	17.3	45.617	549
		60.822	732
Dividendos por ação - R\$		1,38229	0,01220
Dividendos por lotes de mil ações - em reais		0,46074	0,04880

17.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal	17.2	3.239	38
Retenção de lucros	17.3.1	732	
Lucro do exercício a deliberar	17.2 e 17.3.2	45.617	549
		49.588	587

17.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

17.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

18 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• **Receita de construção da Infraestrutura de construção**
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**
A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

	Nota	2019	2018
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão		992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão		48.746	2.574
Receita operacional bruta	18.1 e 10	1.040.880	35.135

(-) Deduções à receita operacional

PIS/COFINS diferidos	(96.282)	(3.250)
	(96.282)	(3.250)
Receita	944.598	31.885

18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2019, de 60,2% do investimento previsto no projeto (2,1% em 2018), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 62,7% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

19 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2019	2018
Terrenos		86.426	3.645
Edificações, obras civis e benfeitorias		105.342	
Máquinas e equipamentos		471.631	18.128
Móveis e utensílios		199	
Adiantamento a fornecedores		124.898	981
Gastos ambientais		24.149	1.294
Outros		31.517	4.753
	10	844.162	28.801

20 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

	Vencimento		
	31/12/2019	Principal Circulante	Total
Não Circulante			
2022			1.618
2023			17.702
2024			44.063
2025			44.289
2026 até 2039			653.863
			761.535
Total			1.030.043

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária;

(ii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;

(iii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 75.000;

(iv) Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 75.000; e

(v) Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

	Nota	2019				2018			
		Custo da produção e do serviço Prestado a terceiros		Despesas operacionais Gerais e		Custo da produção e do serviço Prestado a terceiros		Despesas operacionais Gerais e	
		Administrativas	Outras	Total	Total	Administrativas	Total	Total	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1		1.024		1.024		1.372	1.372	
Material			30		30		1	1	
Serviços de terceiros	20.2		934		934		160	160	
Depreciação - Ativos de direito de uso			32		32		-	-	
Provisões cíveis				(904)	(904)		-	-	
Arrendamentos e alugueis			6		6		30	30	
Ganhos e perdas na desativação e alienação									

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outros alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de risco, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 *Risk Officers* separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria interna em duas áreas distintas. Finalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão dos Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total	31/12/2019	31/12/2018
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%								
Aplicação financeira - CDB	CDI	411.397	9.945	-	-	-	421.342	2.460	4.910	(2.470)	(4.951)	138.135	429	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	411.397	9.945	-	-	-	421.342	2.460	4.910	(2.470)	(4.951)	138.135	429	
Debêntures	CDI	268.819	(4.805)	-	-	-	264.014	(1.330)	(2.253)	1.136	2.278	138.135	429	
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	67.522	(2.468)	-	-	-	65.054	(615)	(1.229)	1.162	1.232	138.135	429	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	336.341	(7.273)	-	-	-	329.068	(1.945)	(3.482)	1.752	3.510	138.135	429	
		747.738	2.672	-	-	-	750.410	515	1.428	(718)	(1.441)	138.135	429	
Debêntures	IPCA	816.081	(68.465)	(276.403)	(829.880)	-	(358.667)	(270.772)	(588.057)	231.605	430.182	138.135	429	
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	816.081	(68.465)	(276.403)	(829.880)	-	(358.667)	(270.772)	(588.057)	231.605	430.182	138.135	429	
		1.563.819	(65.793)	(276.403)	(829.880)	-	391.743	(270.257)	(586.629)	230.887	428.741	138.135	429	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a. e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Judiciário de dois dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total	
Fornecedores	51.607	86.528	-	-	-	138.135	429
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	122	-	122	23
Debêntures	-	-	268.508	107.672	653.863	1.030.043	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	67.522	-	-	67.522	5.827
Arrendamentos e aluguéis	4	12	27	5	-	48	-
	51.611	86.540	336.057	107.799	653.863	1.235.870	6.279

24.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$106.110 (R\$16, negativo em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, a fonte de caixa e o montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Judiciário de dois dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Classificação da instituição financeira	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total	
AAA	-	-	-	-	-	362.877	-
AA	-	-	-	-	-	48.520	-
	-	-	-	-	-	411.397	-

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

24.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos

equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de compliance.

24.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, quando do início da construção, a Companhia contratará seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo.

24.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	1.097.565	5.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(413.449)	(822)
Dívida líquida	684.116	5.005
Total do Patrimônio Líquido	82.589	15.588
Total do capital	766.705	20.593
Índice de alavancagem financeira - %	89,23%	24,30%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2019					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado de presente	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Dividendos		183	-	-	15.022	15.205
Debêntures		-	992.745	4.636	32.662	1.030.043
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	5.827	59.300	-	2.395	67.522
Arrendamentos e aluguéis	11.2	-	(30)	7	67	48
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.1	18.000	-	-	(18.000)	-
Capital social	17.1	15.001	-	-	18.000	33.001
Movimento relativo às atividades de financiamento		39.011	1.052.015	4.643	4	50.146

	2018					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2018	
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado de presente		
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Dividendos		-	5.822	-	183	183
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		-	-	5	5	5.827

	2019					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa		
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado de presente	
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.000	18.000	-	-	(10.000)	18.000
Capital social	17.1	15.001	-	-	18.000	33.001
Movimento relativo às atividades de financiamento	10.001	28.822	-	-	188	39.011

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	15.205	183
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos ativos da concessão	22.812	27
Capitalização nos Ativos da concessão relativa à contingências	29.543	-
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	24.146	-
Aumento de capital com integralização de AFAC	18.000	10.000
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	106.405	-
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	67	-
Total	216.178	10.210

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	
Obrigações de compra	-	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	626.926	2.707	503	1.511	631.547	1.017.619
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	112.722	123.434	105.613	392.932	734.601	-
	739.548	126.141	106.116	394.343	1.366.148	1.017.619

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	
Obrigações de compra	-	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	626.826	2.091	428	1.564	630.909	1.035.052
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	41.756	76.484	75.176	285.973	479.389	-
	668.582	78.575	75.604	287.537	1.110.298	1.035.052

26.2 Garantias

26.2.1 Seguro garantia